

Do tecnofeudalismo ao criptoiluminismo



» FELIPE BUCHBINDER
Professor da FGV, mestre em inteligência artificial e ciência de dados pela Duke University e pesquisador da Rede de Inteligência Artificial e Tecnologias Quânticas

» GLADSTONE ARANTES JR

Professor da FGV-EESP, doutor em algoritmos distribuídos pela Coppe-UFRJ, analista de tecnologias emergentes

Rockefeller ficaria chocado de ver a lista de maiores empresas hoje. No topo, não estão petrolíferas, siderúrgicas ou gigantes complexos industriais, cinzentos e pesados. Estão as big techs, donas não de máquinas que produzem bens, mas das plataformas onde quem quer fazer negócios precisa estar presente — os marketplaces, a inteligência artificial, as redes sociais onde semeamos nossos dados para eles colherem informações, arrendando acesso em camadas free, premium e pro.

Rockefeller ficaria chocado. Carlos Magno, não. Conhece bem esse modelo: rico é quem tem a terra e cobra pelo uso de seus campos, moinhos e pontes. Sempre foi assim! Não no capitalismo: no feudalismo, e hoje, mais uma vez. Rico é quem tem as plataformas, as redes, os aplicativos em que os outros precisam estar presentes para colher frutos de seus trabalhos.

É por isso que alguns pensadores, como Yanis Varoufakis, defendem a tese de que já não vivemos mais em um mundo capitalista (onde o lucro advém do controle dos meios de produção), mas, sim, em um novo modelo econômico: o tecnofeudalismo, no qual o controle da tecnologia

resgatou elementos da economia feudal.

O tecnofeudalismo é bem diferente do feudalismo original em pelo menos dois aspectos. Primeiro, na abrangência. Enquanto um senhor feudal controlava os vassalos de uma região específica, o tecnofeudalismo é global: quando você posta uma foto no Instagram, seus dados são processados simultaneamente em múltiplos continentes, e a Meta monitora bilhões de usuários em tempo real.

Segundo, na forma de dominação. No feudalismo clássico, o servo era preso à terra. No tecnofeudalismo, o algoritmo o mantém rolando a tela por horas enquanto acredita estar fazendo escolhas livres. Se não estiver no LinkedIn, boa sorte para arrumar emprego! O poder dos chamados digital feudal lords vai muito além dos equivalentes da Idade Média e, a julgar pelas diversas ideologias em circulação no Vale do Silício, não será surpresa se o Ocidente caminhar para um tecnoabsolutismo, caracterização que pode ser facilmente atribuída à China.

O que fazer diante desse cenário? É preciso construir novos caminhos usando essas mesmas tecnologias. Duas são particularmente promissoras: o blockchain e a inteligência artificial (IA).

Blockchain é uma tecnologia de registro distribuído e descentralizado. Registra eventos de forma permanente e imutável em uma rede. E é justamente por isso — por registrar de forma imutável em uma rede que não pertence a ninguém — que processos executados na blockchain evocam trustless trust: são confiáveis sem que se precise confiar em ninguém em particular. Bilhões de dólares fluem pela rede do bitcoin sem que ninguém seja dono dela, e todos acreditam que as transações serão liquidadas apesar disso. Apesar disso, não: por causa disso — porque ninguém é dono, os registros são imutáveis e todas as transações são visíveis e auditáveis por todos.

A confiança no sistema democrático depende diretamente da confiança que se tem nas pessoas e instituições que compõem o tabuleiro político e governamental. Quando essa confiança é

questionada, essas pessoas e instituições se tornam impotentes para superar a crise política que as atinge. Nesse contexto, uma saída é reconstruir o sistema democrático segundo princípios que permitam a confiança no sistema sem que seja preciso confiar em ninguém em particular. Em outras palavras, reconstruir a democracia segundo princípios de trustless trust.

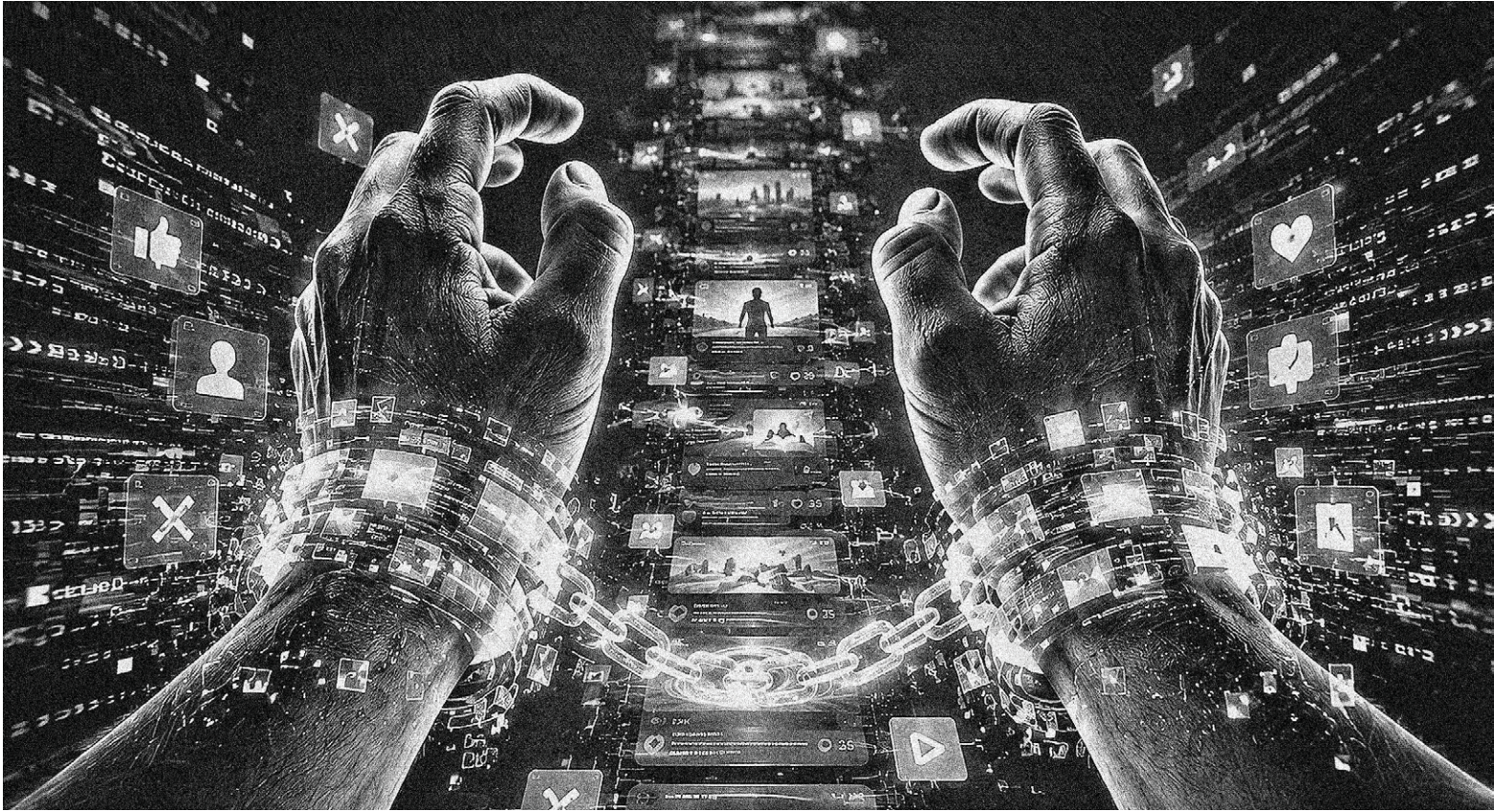
As IAs também terão papel relevante nesse novo desenho institucional. Podem ser construídas com explicabilidade nativa e especializadas em funções específicas de governo — não apenas tarefas burocráticas, mas também julgamento, negociação e intermediação de conflitos. Os dados de treinamento dessas IAs podem ser submetidos à aprovação democrática antes mesmo de sua utilização efetiva, permitindo um escrutínio prévio de seus valores, critérios e forma de pensar. Tal escrutínio dificilmente encontra paralelo no discurso de um candidato político, sempre sujeito a promessas ambíguas, genéricas e mutáveis uma vez ganha a eleição.

Também é possível construir IAs que reflitam nossos interesses e opiniões individuais. Essas IAs podem representar-nos no debate público, fazendo nossos pontos de vista serem ouvidos mesmo em searas em que não estamos fisicamente presentes. Podem também nos representar em negociações, atuando com rastro auditável, garantido por soluções de blockchain.

Se esse mundo parece distante, talvez esteja mesmo. O feudalismo dura mil anos. Os Estados de Direito como os conhecemos hoje foram uma longa construção histórica, e suas perpétuidades nunca estiveram garantidas.

A História caminha por uma estrada sinuosa, sempre envolta em uma névoa espessa. Em meio à chuva fria e fina, a estrada que nos leva ao tecnoabsolutismo deixa vislumbrar um caminho alternativo: o criptoiluminismo, onde as democracias se pautam pelos valores de liberdade, igualdade, fraternidade e trustless trust.

Maurenilson/CB/D.A Press



Apostas, tropeços e dois canos de esperança



» PAULO RENÁ
Flamenguista, doutor em direito, estado e constituição pela UnB

» CHICO MACEDO

Cruzeirense, mestre em comunicação pela UnB

Acreditar no Brasil na Copa do Mundo da Fifa 2026 de futebol masculino foi uma aposta legítima. Somos uma nação de torcida crônica: a cada quatro anos, recebemos uma nova moeda para jogar no ar, acreditando concretamente na possibilidade de ganharmos a taça. Desde 2002, antes do sexto título, fomos “hexa” ao contrário, perdendo seis Copas seguidas. Ainda assim, mesmo com as confusões do ciclo e a classificação truncada nas eliminatórias, a aposta era honesta. Agora é hora de “2030 é logo ali”.

A Noruega nos eliminou nas oitavas de final e acabou com a ilusão de que o Brasil e Neymar Jr. poderiam ressuscitar um ao outro. Mas é sintomático que o desempenho de Neymar nestes anos tenha sido questionado por suas ausências.

Fato é que a Seleção nunca ficou de fora de uma Copa e sempre temos uma nova chance. Não é assim com quem aposta em bets. Milhões de pessoas no Brasil sofrem derrotas diárias, sem pausa para hidratação. O mercado de apostas esportivas no Brasil movimentou mais de R\$ 100 bilhões.

O futebol sempre foi arena social, expondo nossas contradições: heróis, tragédias e possibilidades. O time em campo é nosso reflexo, mas, nos últimos anos, esse espelho virou presente de navegador

européu. Nele vemos um mundo doente, com a eficiência desumana da indústria das apostas.

As bets diferem das antigas casas de apostas pois não pedem ritual: são algoritmos no bolso, notificações de celular e intimidade permanente. Ninguém precisa buscar as informações sobre odds que chegam sozinhas, parasitando redes sociais, intervalos comerciais e até as transmissões de futebol, atreladas à imagem do cara legal ou do ex-atleta bem-sucedido. A legitimação é cruel quando um campeão do mundo diz “Isso é seguro para quem quer vencer”. E quem anuncia bet não ganha com sua vitória, mas com a derrota. O vício e a degradação econômica e mental crescem em silêncio, à noite, no sofá, no quarto, no ônibus depois do dia de trabalho.

A convocação para 2026 não aconteceu na sede da CBF nem em algum auditório funcional, mas num museu. Mais de mil pessoas viram números musicais, jornalista de mestre de cerimônia e intervalo comercial. Os 26 nomes chegaram numa pastinha com o técnico de carro especial. Tudo era show, mercadoria, encenação. Quando, enfim, saiu o nome de Neymar Jr., a síntese do ciclo (vicioso) estava feita: marca, produto, aposta. O puro espírito do tempo: a Seleção como marketing e a monetização da nossa esperança.

O Brasil vive uma crise regulatória. A legislação das bets segue tímida diante dos danos, cada dia mais confirmados por números e histórias de gente que perdeu tudo. A dependência cresce exponencialmente, em especial entre pessoas jovens e mais vulneráveis. A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu como transtorno mental. Mas, como nossa zaga à caça do Haaland, a regulação segue atrasada frente à perda de patrimônio familiar, suicídios e abandono de responsabilidades. O Estado brasileiro ainda não tipificou esse crime em andamento nem coibiu os excessos do mercado de apostas.

Os ingleses codificaram as regras do futebol que perduram até hoje. Ao mesmo tempo, carregam consigo, há séculos, uma relação próxima e preocupante com apostas, enraizada na cultura, vide o ótimo filme Jogos, trapaceas e dois canos fumegantes (1998), do diretor Guy Ritchie. Na convivência histórica com o gambling, a sociedade inglesa não colapsou (ao menos não completamente). Há regulação, há conscientização, há estruturas de proteção.

Talvez, possamos conviver com apostas sem que elas destruam tudo. Mas é preciso que o Estado intervenha com força normativa, que reconheça o problema não após consolidados os danos, mas quando eles aparecem pela primeira vez no horizonte.

O Brasil ainda tem a oportunidade de fazer o que a Inglaterra fez: regulação séria, proteção de menores, limites publicitários, reconhecimento do problema social que merece ser tratado como tal. A vitória normativa sobre as bets seria uma vitória sobre aquela parte de nós que aceita tudo que o mercado nos oferece e o que o direito ainda não proíbe. Não é utopia, mas algo possível, uma vitória que o Estado ainda pode conquistar. Perder para as bets não deve ser, não é, acreditamos, não será fado nacional.

Paulo Freire dizia que a esperança é a espera que exige luta, ação e transformação. Não se trata de otimismo ingênuo. Esperançar é verbo, não estado. E o Brasil pode esperar agora.

A Copa de 2026 foi uma aposta legítima que perdemos. Há outra aposta em jogo agora, e essa, sim, com chance de ser ganha. É a aposta de que o Brasil pode escolher libertar-se da degradação que as bets impõem. Podemos conquistar uma vitória jurídica que proteja filhos e pais, que mantenha vivas as pessoas, e que preserve a esperança lúdica cotidiana que sempre depositamos no futebol.

Essa vitória não precisa esperar quatro anos, mas precisamos lutar por ela. E ano que vem já tem Copa do Mundo Feminina. Vamos esperarçar imediatamente!

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

A velhice não absolve o poder

Existe uma crença difundida segundo a qual a idade, por si só, conduz inevitavelmente à sabedoria. A história da filosofia, da religião e da literatura está repleta de referências ao ancião prudente, cuja longa experiência de vida lhe permitiria julgar melhor os homens e os acontecimentos. O tempo ensina apenas quem continua disposto a aprender. Aos demais, apenas envelhece. Há homens que chegam à velhice mais serenos, mais equilibrados e mais conscientes de suas limitações. Outros chegam apenas mais endurecidos, mais desconfiados e mais apegados ao poder que acumularam durante décadas. Essa diferença torna-se particularmente perigosa quando o envelhecimento alcança aqueles que controlam Estados.

Em regimes democráticos, a alternância de poder funciona justamente como mecanismo de renovação institucional. O voto periódico permite corrigir rumos, substituir lideranças e impedir que um único indivíduo confunda seu destino pessoal com o destino da nação. Nas ditaduras, ocorre exatamente o contrário. O governante deixa de servir ao Estado para convencer-se de que o Estado existe para servi-lo. A oposição deixa de ser vista como parte natural da vida política para tornar-se inimiga da pátria. Aos poucos, todas as instituições passam a existir apenas para preservar o governante.

O caso da Nicarágua tornou-se um dos exemplos mais recentes desse processo. Daniel Ortega retornou ao poder em 2007, após ter governado o país nos anos de 1980. Desde então, promoveu sucessivas mudanças institucionais que ampliaram seu controle sobre o Estado. Nas eleições de 2021, praticamente todos os principais pré-candidatos opositores foram presos ou impedidos de concorrer, em um processo amplamente criticado por organismos internacionais. Posteriormente, novas reformas concentraram ainda mais poder na Presidência e reduziram o espaço para oposição organizada e imprensa independente. A questão foi atualizada de modo surpreendente. Eleições não fariam mais sentido com a eternização do poder corrupto.

Fenômeno semelhante pode ser observado retrospectivamente em diversos regimes autoritários do século 20. Fidel Castro permaneceu décadas no comando de Cuba, inicialmente como primeiro-ministro e, depois, como presidente. Seu governo atravessou gerações inteiras sem permitir competição política multipartidária. Ao longo dos anos, a continuidade do regime passou a depender cada vez mais da preservação do próprio sistema de poder construído em torno da liderança revolucionária. Não se trata de um fenômeno exclusivo da América Latina.

A União Soviética conheceu seus anos finais sob uma sucessão de dirigentes incapazes de promover reformas profundas enquanto preservavam estruturas burocráticas envelhecidas. Mao Tsé-Tung governou a China até idade avançada, conduzindo campanhas políticas que produziram consequências humanas devastadoras. Robert Mugabe permaneceu quase quatro décadas no comando do Zimbábue antes de ser afastado.

Em diferentes continentes, a combinação entre poder prolongado e ausência de mecanismos de alternância revelou padrão semelhante. O problema central não está propriamente na idade. Winston Churchill retornou ao cargo de primeiro-ministro britânico idoso. Konrad Adenauer liderou a reconstrução da Alemanha Ocidental em idade avançada. Nelson Mandela chegou à Presidência da África do Sul aos 75 anos e deixou voluntariamente o cargo ao término do mandato.

Nessas experiências, o fator decisivo não foi a data de nascimento dos governantes, mas a existência de instituições capazes de limitar o exercício do poder e garantir sua sucessão. Quando um governante passa décadas cercado apenas por pessoas que concordam com tudo o que diz, a realidade deixa gradualmente de chegar ao seu gabinete. O dirigente passa a enxergar apenas aquilo que seus auxiliares julgam conveniente mostrar. Forma-se uma bolha política em que toda a crítica é interpretada como conspiração e toda a derrota precisa ser atribuída a inimigos externos.

É nesse ambiente que surgem algumas das decisões mais desastrosas da história contemporânea. A ausência de contradição elimina o principal mecanismo de correção dos erros. Sem imprensa livre, oposição organizada ou eleições competitivas, desaparecem os instrumentos que normalmente obrigam um governo a rever seus equívocos. Há também um componente psicológico frequentemente observado pelos estudiosos do autoritarismo. O poder prolongado tende a produzir personalização do Estado. O governante passa a acreditar sinceramente que sua permanência é condição indispensável para a estabilidade nacional.

A democracia não parte da premissa de que existam governantes perfeitos, mas da convicção de que nenhum ser humano deve concentrar poder indefinidamente. A alternância protege não apenas os governados, mas também as próprias instituições. A história do século 20 e das primeiras décadas do século 21 oferece exemplos suficientes para mostrar que não é a idade que ameaça as nações, mas a permanência ilimitada de qualquer indivíduo no comando delas.

A frase que foi pronunciada:

"Não haverá mais eleições aqui para que eles (a oposição) tentem tomar o governo e o poder"

Daniel Ortega

História de Brasília

Quem entende de lei espantou a lebre, e o assunto aqui vai tratado de maneira como me foi relatado: Mazzola e Sormani, os dois jogadores brasileiros que estão — na qualidade de cidadãos italianos — integrando a seleção do simpático país peninsular, podem vir a perder a cidadania brasileira. (Publicada em 25/5/1962)